

ASPECTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA DO PETRÓLEO

EMERSON NUNES COELHO

O Brasil excogitou para seu problema do petróleo uma solução nacionalista estatal. Embora não se afigure, a algumas correntes de opinião, a fórmula ideal, é, sem dúvida, uma solução que merece o apoio de todos os brasileiros. Infelizmente, o problema foi envolvido num clima emocional, do qual se aproveitam especuladores e demagogos para impedir ou, pelo menos, retardar a consecução do objetivo básico: dar petróleo ao Brasil.

A POLÍTICA brasileira de petróleo está fixada na Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que instituiu a PETROBRÁS, e que dispõe em seus artigos 1.º e 2.º:

“Art. 1.º Constituem monopólio da União:

I — a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II — a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III — o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no país, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2.º A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I — por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II — por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente Lei, como órgão de execução.”

Nesse texto legal está consagrada a opção do Brasil pela solução *nacionalista*, isto é, excluiu-se a participação do capital estrangeiro, e pelo *nacionalismo estatal*, a saber, afastou-se o capital privado, mesmo que genuína e inteiramente brasileiro.

De passagem, porém, ressalte-se que, como decorre da simples leitura da Lei, não foram abrangidas pelo monopólio estatal algumas atividades relativas a petróleo, tais como:

a) o transporte marítimo de petróleo bruto, de origem estrangeira, ou de derivados de petróleo produzidos no estrangeiro;

b) o transporte terrestre, aéreo ou fluvial do petróleo e seus derivados, de origem nacional ou estrangeira, desde que não seja por meio de condutos;

c) a importação, a exportação e a distribuição de petróleo e seus derivados, de origem nacional ou estrangeira.

Assim, por exemplo, o transporte, por via fluvial, do petróleo peruano até à refinaria de Manaus, e o transporte dos derivados processados por essa refinaria, de Manaus até Belém, pela navegação amazônica, não constitui monopólio da PETROBRÁS e pode ser efetuado por qualquer transportador particular, brasileiro ou não.

A PETROBRÁS como solução “de fato”

Certa ou errada, a Nação Brasileira adotou o nacionalismo estatal como orientação da sua política de petróleo. Essa orientação não surgiu de repente, nem por geração espontânea, nem violentamente por golpe de força, mas pelo processo normal de elaboração das leis, com ampla possibilidade de debate e de intervenção dos representantes eleitos pelo povo, da imprensa, dos grupos de pressão, da opinião pública. Pode-se, portanto, afirmar, com segurança,

que é a orientação do povo brasileiro, e não apenas do Governo ou de uma minoria.

Depois de fixada em lei, passou a oportunidade e a conveniência de se agitar qualquer tese. Porque, ou não se lutou no momento oportuno com as armas legais (e então se perdeu o direito sequer de criticar), ou se lutou e se foi democrática e lealmente vencido (então importa respeitar e ajudar a solução adotada, embora com o sagrado direito de criticá-la e de tentar revogá-la, pelos mesmos processos, logo que possível).

Parece-me, assim, que todos os brasileiros temos o dever de respeitar e ajudar a executar a solução que, em lei, adotamos para os nossos negócios de petróleo. Esta pode não ser boa, mas é melhor procurar executá-la, conscienciosamente, do que estar a falar, a discutir, a deblaterar, a se torturar por medidas outras, talvez melhores, mas ainda remotas e que importem em mudanças profundas, com tôda a sua seqüela de inconvenientes. A ânsia de perfeição pode ser fator negativo. Quem só pensa no perfeito acaba por não ter nem o imperfeito. De modo geral, uma grande luz é melhor que as trevas e que a penumbra, mas "é melhor acender uma pequenina vela do que sentar-se e maldizer a escuridão".

Além de tudo isso, qualquer observador da vida nacional, mesmo dotado de medíocre perspicácia, tem que reconhecer que o rumo, estabelecido pela lei que criou a PETROBRÁS, foi perfilhado, firmemente, pela grande maioria do povo brasileiro, em tôdas as camadas sociais. Da média intelectual para baixo, então, inclusive nas forças armadas, todo brasileiro quer, violentamente até, o monopólio estatal do petróleo. Apenas na elite é que se encontra quem discorde dessa orientação, quem se pergunte se ela nos dará, em tempo útil, aquilo que o abastecimento do país exige.

Outro argumento a favor da PETROBRÁS é que não é das melhores a nossa experiência brasileira em matéria de capital estrangeiro investido largamente no Brasil. O caso das ferrovias aí está, doloroso, a nos aconselhar prudência.

Parece-me, também, manso e pacífico que, em petróleo, são muito maiores que em outro qualquer assunto os riscos

da participação do capital estrangeiro, em países como o nosso, cujo poder político e econômico sofre ainda terríveis limitações, internas e externas, de natureza vária.

Fique bem claro, pois, que, na atual circunstância concreta brasileira, julgo dever de patriotismo (não de nacionalismo) trabalhar para que a PETROBRÁS, tal como está instituída em lei, seja realizada da melhor maneira possível. Sei que, dentro e fora da PETROBRÁS, há excelentes brasileiros, patriotas pelo menos tanto quanto eu, que estão sincera e honestamente convictos das benemerências do nacionalismo estatal. Seja-me lícito transcrever as palavras do nosso mestre GUSTAVO CORÇÃO, que sintetizam, com a sua maneira luminosa e profunda de sempre, o meu pensamento sobre a PETROBRÁS:

“Publiquei recentemente minha opinião a respeito da PETROBRÁS. Sou a favor. Sem grande entusiasmo pelas declarações feitas pelo presidente dessa empresa, e sem pensar que esteja nela a fórmula da salvação nacional e o remédio que dará aos nossos dirigentes o espírito e o devotamento pelo bem comum, e até sem esperar que em breve prazo serão totalmente brasileiras as octanas que me levam para casa, sou a favor das medidas que prestigiam e que facilitam o desenvolvimento da PETROBRÁS. Mas . . . não sou nacionalista.

Arrisco-me a passar por um sujeito que não tem coragem de ser contra a PETROBRÁS (. . .). Na verdade e sem vislumbre de ironia, o que me leva a ser a favor da PETROBRÁS é mais uma ponderação política que econômica: já que está feita, e que todos lhe dão tanto valor, então deve ser tocada para a frente com a máxima eficiência e com a maior lealdade. Nem sempre é admissível que se adote uma solução política para atender às explícitas manifestações da opinião pública. Meu credo democrático não tem a estupidez de esperar que os problemas de governo possam ser postos a voto; nem posso admitir que um governante adote uma medida contrária ao Bem Comum para agradar à opinião pública. Há casos, entretanto, em que o problema é moralmente neutro, como este do petróleo, e em que o governante pode aceitar uma solução tecnicamente

inferior, para apaziguamento dos espíritos. Sem entrar no mérito da questão técnica, já basta a consideração da tranqüilidade pública para indicar uma política de encorajamento da PETROBRÁS. Mas por favor não façam dêsse problema a pedra-de-toque de uma ideologia. Deixem-me ser simpático a essa obra de engenharia sem ser obrigado a marchar ao lado do Coronel NEMO CANABARRO e sem ser obrigado a ficar sério diante dos nacionalismos estudantis. Deixem-me desejar que os nossos técnicos tirem o máximo proveito das lições que estudam nos livros americanos, nos excelentes livros editados pela Mac Millan ou pela Mac Graw Hill, sem ser obrigado a me sentir libertado da cultura estrangeira (o que seria mentira) e sobretudo sem ser obrigado a ser anti-americano (o que seria tolo). O que desejo ardentemente, nesse capítulo, é que a PETROBRÁS deixe de ser bandeira, fanal, lábaro, e se torne uma empresa tão produtiva e tão bem dirigida como a detestada Standard Oil" (*Patriotismo e Nacionalismo*, Editôra Nacional de Direito Ltda., 1957, págs. 44-45).

Uma vez que tenho a honra de referendar, "in totum", essas palavras do Dr. GUSTAVO CORÇÃO, e depois das sinceras convicções que deixei acima expressas (tão sinceras quanto as que se seguem), considero-me à vontade para enfrentar as deturpações e malevolências com que os nacionalistas brindam aquêles que não rezam pela sua cartilha.

O Conselho Nacional do Petróleo

O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) é o órgão que deveria orientar e fiscalizar a execução do monopólio estatal sobre o petróleo, e "superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional do petróleo" (Lei n.º 2.004, arts. 2.º e 3.º).

Escrevi, propositadamente: *deveria*. Porque, de fato, êle não orienta nem fiscaliza a executante PETROBRÁS, e apenas mal e mal, como Deus é servido, superintende ao abastecimento nacional. E isso por falta absoluta dos meios mais rudimentares para desempenhar suas funções. Além de revoltantemente inconsciente, chega a ser criminoso o aban-

dono em que os governos brasileiros têm deixado o CNP, de 1953 a esta parte.

Pode-se tomar a assertiva ao pé da letra, quando se ouve dizer que o CNP está desprovido do mínimo indispensável para dar conta de suas atribuições legais.

Em matéria de orientar e fiscalizar a PETROBRÁS, o CNP nada pode e nada faz; nem mesmo as aparências são salvas, porque até o ritual dessa orientação e fiscalização é pouco mais que inexistente. Ressalve-se a posição daqueles que, em todos os graus hierárquicos do CNP, labutam, às vêzes duramente, completamente abandonados pelos governos (e até pela opinião pública, que só conhece PETROBRÁS), e, no entanto, têm sobre os ombros uma imensa responsabilidade, lidam com o que de mais importante há para o progresso material do país, correm excepcional risco para as suas reputações, profissionais e pessoais, por lidarem com material altamente explosivo, moral e politicamente; só são lembrados quando o govêrno ou os políticos, ou o público, ou a imprensa, ou a PETROBRÁS, ou algum poderoso grupo econômico é incomodado por alguma falha na ação do CNP. O CNP caminha no escuro, sem "flash light", por entre numerosos buracos; consegue evitar uma centena deles; lá um dia, porém, como não pode deixar de ser, põe o pé no buraco cento e um, e todos o censuram, implacavelmente, sem atentar para as condições da caminhada e para os cem outros evitados. Com a agravante de que, em petróleo, qualquer falha, de qualquer pessoa, é sempre atribuída à má-fé e à desonestidade.

Tratando-se de superintender o abastecimento nacional do petróleo, o desaparelhado CNP tem que controlar, além da PETROBRÁS, tôdas as companhias, nacionais e estrangeiras, distribuidoras dos derivados de petróleo, e as refinarias.

Inteiramente desprovido dos necessários recursos, humanos e materiais, o CNP tem que estar em dia com tudo o que diga respeito ao petróleo: desde o custo FOB do óleo bruto e derivados, no estrangeiro, até a venda da gasolina na bomba ou do querosene no armazém.

Para fixação dos preços dos derivados tabelados (gasolina, óleo diesel, *fuel oil*, querosene, gás liquefeito etc.), o CNP come pela mão das companhias distribuidoras: apenas opera com os dados que essas companhias lhe fornecem; não dispõe de meios de fiscalizá-los e controlá-los.

O exame do produto e a fiscalização de sua entrada no território nacional são confiados às alfândegas, que não os fazem; a responsabilidade, entretanto, é sempre atribuída ao CNP.

A capacidade e o número dos depósitos de petróleo e derivados, em todo o território do país, não são conhecidos, com segurança, pelo CNP, nem mesmo com os dados que as emprêsas distribuidoras e refinarias fornecem, e muito menos fiscalizados. Em geral, o CNP é obrigado a fazer um ato de fé sobre tudo aquilo que lhe mandam dizer (quanto à qualidade, à quantidade e a outros dados) as refinarias, as grandes companhias distribuidoras (Esso, Shell, Atlantic, Texaco, Gulf, Ultragás, Gasbrás etc.) e uma multidão de pequenas firmas importadoras e distribuidoras dos mais diversos derivados de petróleo.

A qualidade da gasolina, vendida no varejo, é, muito freqüentemente, adulterada, sobretudo no interior do país, sem que o CNP possa algo fazer de realmente eficaz.

Os nacionalistas, os berradores de "o petróleo é nosso", o fã-clube da PETROBRÁS, todos os "donos" do petróleo enfim, se quiserem prestar um serviço real e urgente à causa do petróleo brasileiro tirem o Poder Executivo e Congresso Nacional da impatriótica letargia em que se encontram e obriguem-nos a socorrer ao CNP.

Ainda que seja só para controlar, *realmente*, as companhias estrangeiras, como gostariam certos nacionalistas tendenciosos . . .

Ainda que seja só para orientar e fiscalizar, *realmente*, a PETROBRÁS, como gostariam certos não-nacionalistas, também tendenciosos . . .

E note-se: o CNP, tal como a lei o preconiza, é um órgão necessário e bem pensado.

Tem uma parte executiva, com um setor econômico e outro técnico, e uma parte colegiada. Esta é constituída

de um representante de cada Ministério militar, dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Viação, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio.

O que esperamos da PETROBRÁS

As duas maiores dificuldades com que, a meu ver, se defronta qualquer administração da PETROBRÁS, são:

- o estado emocional, permanente e agudo, em que se estudam e se encaminham seus problemas;
- as suas fontes de receita.

Começemos pela última, que é paradoxal. Nenhuma empresa, no Brasil, dispõe de maior receita do que aquela de que dispõe a PETROBRÁS, nem maior, nem mais certa, nem mais independente das vicissitudes administrativas. A PETROBRÁS: se se administrar bem, terá uma receita anual de bilhões; se se administrar mal, terá também, mesmo que seja um pouco menor; se não se administrar, ainda assim terá.

Porque a sua receita provém, em sua maior parte, de tributos, criados por lei, e cuja arrecadação independe da eficiência administrativa da empresa. Por exemplo, o imposto sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, e os impostos de importação e de consumo, incidentes sobre veículos automóveis e sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desses veículos, suas peças e acessórios.

Ora, quando se está trabalhando em trapézio, mas com uma rede em baixo, é claro que as cautelas e a preocupação de rigor e eficiência são muito menores . . .

O estado emocional em que são estudados e encaminhados os problemas da PETROBRÁS constitui o maior entrave ao progresso do petróleo brasileiro, no ritmo em que todos desejamos e o país pede com urgência.

É mal que administradores da PETROBRÁS saibam que não se lhes pode pedir satisfações, porque quem o fizer será acuado, como entreguista, por uma alcatéia de apaixonados.

É pena que a PETROBRÁS se sinta, permanentemente, como uma pura e indefesa violeta, constantemente ameaçada pelas brutalidades das companhias distribuidoras ou das refinarias particulares.

É lástima que não se possa dizer que a PETROBRÁS já fez muita coisa boa, importante e necessária, mas que fracassou, até agora, no principal, naquilo para o qual foi primordialmente criada e naquilo por que o povo brasileiro mais anseia: extrair petróleo, em quantidades comerciais, fora da Bahia. Esse é o essencial, onde bate o ponto.

É dó que não se possa dizer que são providências de rotina, que, provavelmente, teriam sido executadas pelo antigo CNP, sem que, para isso, fôsse necessário criar a PETROBRÁS: ampliação e complementação da refinaria Presidente Bernardes, com a instalação de indústrias conexas ao petróleo; ampliação da refinaria Landulfo Alves; aumento de produção dos campos baianos, etc., etc.

É paradoxal e ridículo que homens, cujo passado nada tem de nacionalismo teórico ou prático, a trôco de uma posição em evidência na PETROBRÁS ou em outro setor de petróleo, afivelem, apressadamente e por conveniência própria, a máscara nacionalista e perpetrem os excessos característicos dos "cristãos novos", dos nacionalistas de circunstância.

É calamitosa a exportação do óleo baiano; óleo parafínico, rico em lubrificantes, para cujo processamento econômico nossas refinarias não estão preparadas (por que nem a de Mataripe está?), processá-lo, como se procede atualmente, nessas refinarias nacionais, é desperdiçá-lo; exportá-lo é malbaratá-lo, inoportunamente, a trôco de uma demagógica e irrelevante produção de umas divisazinhas minguadas. Por que nós, pobretões, não adotamos a política do país mais rico do mundo em petróleo? Gastar, em tempo de paz, o petróleo alheio, porque, em época de perturbação do comércio internacional, com os mares infestados de submarinos e outros engenhos bélicos, teremos que contar com as nossas próprias reservas, sobretudo quando essas reservas são de um óleo de qualidade extra, que, *no momento*, não podemos usar econômica e racionalmente. Por que não

poupar essas reservas *limitadas*, para quando as pudermos utilizar bem, ou para quando formos obrigados a usá-las?

É mal que a PETROBRÁS tente influir na escolha do Presidente e dos membros do Conselho Nacional do Petróleo, porque está, assim, tentando escolher seus próprios fiscais.

É um mal que a PETROBRÁS queira estender o monopólio estatal brasileiro até a países estrangeiros, como, inicialmente, no caso da exploração da área boliviana. A intromissão da PETROBRÁS (embora não somente dela), querendo, a qualquer preço, explorar petróleo na Bolívia, adiou de muito as soluções do nosso caso com a vizinha Nação, fêz-nos perder um tempo precioso e irrecuperável. Talvez isso, junto a outros fatores, nos faça perder a excepcional área boliviana, já reduzida à metade, graças ao ranzinzismo dos nacionalistas, à falta de visão e à escandalosa inabilidade dos nossos governos.

O que parece óbvio e sensato é que a PETROBRÁS concentre suas forças naquela área que a Nação Brasileira lhe entregou e da qual ela ainda não deu conta: o território nacional, em vez de dispensar esforços e recursos num país estrangeiro, onde capitais privados brasileiros podem ter sua vez, que lhes é negada em sua pátria, sob a alegação de que são desonestos e se prestarão a ser testas-de-ferro dos trustes estrangeiros. Porque esta é a grande razão do monopólio estatal: êsse revoltante atestado de desonestidade coletiva a todos os brasileiros. Diga-se, de passagem, que, na exploração do petróleo boliviano, nenhuma lei, brasileira ou boliviana, nenhum tratado entre os dois países, proíbe que companhias brasileiras, ou bolivianas, ou brasileiro-bolivianas, se associem a emprêsas e capitais de outros países. E contra essa associação, uma vez que não se trata de território nacional, não vejo quais razões nacionalistas possam militar.

É triste que a legislação brasileira (além de outros elementos) concorra para que a Frota Nacional de Petroleiros não possua a quantidade de tonelagem e a eficiência necessária. Não é sabido pelo grande público que as nossas leis obrigam um petroleiro, sob bandeira brasileira, a ter pelo

menos o triplo da tripulação que opera, com excelentes resultados, um petroleiro de outros países.

É desastroso que, no Brasil, não se dêem tôdas as facilidades para o maior consumo possível de gás liquefeito de petróleo. País sem energia elétrica e sem carvão mineral, suficientes, onde o desmatamento atinge proporções de calamidade nacional, onde, excetuados o Distrito Federal e a cidade de São Paulo, nenhuma capital de Estado é suficientemente provida de gás encanado, o gás liquefeito de petróleo seria uma salvação, até para educação das populações do interior, levando-lhes confôrto doméstico e levantando o seu padrão de vida, por meio da supressão do obsoleto e penoso fogão a lenha, proporcionando-lhes uma série de preciosos aparelhos domésticos, civilizados, práticos, eficientes, higiênicos: além do fogão a gás, geladeira, ferro de passar, iluminação, etc. Mas o Brasil inteiro parece conspirar contra o gás líquido de petróleo, parece-me que pela grande, transcendental e patriótica razão de impedir que companhias distribuidoras brasileiras façam bons negócios, ganhem muito dinheiro, enriqueçam. As companhias produtoras de bebidas alcoólicas e de cigarros, por exemplo, podem ganhar fortunas, sejam nacionais ou não; mas aquelas que operam com gás liquefeito de petróleo, se ganharem muito, põem em risco a segurança nacional.

Eis um belo paradoxo do interior do Brasil: usam-se caminhões para transportar lenha. Queima-se combustível rico para carregar combustível pobre.

O Brasil e o petróleo sul-americano

O petróleo de aquém Andes é geográfica e naturalmente brasileiro, embora não o seja jurídica e politicamente. Sim. Qual o grande mercado próximo a êsse petróleo? Apenas o Brasil. É do interêsse, nacional e econômico, dos países andinos, que seu petróleo, a leste da cordilheira, saia pelo caminho mais fácil e rápido para um grande mercado próximo, em vez de terem que com êle transpor os Andes e embarcá-lo para longínquos consumidores do outro lado dos mares.

Trata-se ainda de um petróleo intracontinental, mediterrâneo para nós sul-americanos, a salvo de quaisquer anormalidades de transporte marítimo.

Se os brasileiros compreendessem que petróleo é problema para homens de alta sensibilidade política, dotados de radar, providos de larga e profunda visão de estadistas, tratariam, com muito mais carinho e interesse, do petróleo sul-americano, particularmente do boliviano e do peruano. Em futuro não muito remoto, choraremos lágrimas de sangue por causa desse petróleo, graças à displicência, ao desinteresse mesmo, que, há já vários anos, a consciência nacional e os homens da elite brasileira vêm manifestando sobre o assunto.

A refinaria de Manaus foi permitida (após manifestação expressa, nesse sentido, do CNP e do Estado-Maior das Forças Armadas), para refinar petróleo peruano dos campos de Ganso Azul, transportado através do Solimões. Lá está ela hoje, processando óleo venezuelano, trazido por via marítima . . . A explicação para isso é plausibilíssima; se, entretanto, não existisse essa real e boa explicação, não seria difícil fabricar uma . . . Mas a verdade é que o petróleo peruano foi abandonado, ou quase. Imediatismo. Interesses particulares. Falta de estadistas.

Com a Bolívia, os fatos são da ordem do dia, das manchetes de jornais, das agitações estudantis, dos discursos nacionalistas, do jôgo-de-empurra entre governos para apurar a quem cabe a exclusiva responsabilidade de uma comum burrice, que se alastra de 1938 a 1959.

Por que manteve o Brasil, durante 18 anos, absolutamente intata, uma área petrolífera das melhores das Américas segundo os técnicos? Conseguiu, com isso, suscitar e agravar, na Bolívia, êsse nacionalismo jacobino que os nossos nacionalistas admitem apenas de nós contra os estrangeiros, mas não reciprocamente. Os bolivianos acabaram por se aborrecer com aquilo que êles chamaram a "hipoteca de uma potência estrangeira sobre uma parcela do seu território", a qual o Brasil não explorava nem deixava que se explorasse. Quando os bolivianos se mexeram contra a concessão brasileira, então partimos, afobados, para as negocia-

ções, em más condições. E, no atual estado da questão, conseguimos perder metade da área, fizemos uma estrada de ferro, para os bolivianos, por cuja construção ainda não recebemos o que nos compete, e, provávelmente, dadas as marchas e contramarchas, dada a correria por causa da exigüidade dos prazos constantes dos sapientíssimos tratados internacionais, dado o ambiente emocional e nacionalista em que procuramos equacionar e resolver o problema, provávelmente acabaremos por perder o restante da concessão. Então, faremos comícios e conferências e escreveremos inflamadíssimos artigos e folhetos e monografias e volumes . . .

Os trustes americanos e anglo-holandeses tirarão, sòzinhos, o petróleo da faixa subandina, quer dizer, sòzinhos sem o Brasil, porque a Argentina estará aliada a êles e, muito brevemente, venderá petróleo ao Brasil.

Últimamente se fêz muita atoarda porque grupos brasileiros, que se propunham explorar a área boliviana, se aliaram com firmas americanas, ou com estas prepararam empréstimos. Por que essa gritaria? Que lei ou tratado foi violado? Uma vez que, sem dólar, não se extrai petróleo, uma vez que o govêrno brasileiro declarou não poder emprestar a moeda estrangeira, nem financiar com ela as firmas nacionais, uma vez que o financiamento das pesquisas de petróleo têm, realmente, um risco especial, que houve de impatriótico ou malsão na atitude tão demagógica e levia-namente censurada?

Um país que admite sempre a desonestidade permanente da totalidade de seus filhos, um país cujo orçamento cambial é de cêrca de um bilhão e meio de dólares por ano, e que declara não poder despender algumas dezenas de milhões de dólares, anualmente, com um petróleo tão vital para a sua economia interna, para o seu futuro, êsse país não deve se meter a líder da América Latina, nem a líder de nenhuma opereta, deve desistir de petróleo e concentrar-se, envergonhado, na sua grotesca economia da lenha e do tição de fogo.